REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 03/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/x441za61
Pages: 1-25

EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE VULNERABILIDADES E REDES DE PROTEÇÃO COM ÊNFASE NO CONTEXTO PARAENSE

SEXUAL EXPLOITATION OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN THE BRAZILIAN AMAZON: AN INTEGRATIVE REVIEW OF VULNERABILITIES AND PROTECTION NETWORKS WITH EMPHASIS ON PARÁ

EXPLOTACIÓN SEXUAL DE NIÑOS, NIÑAS Y ADOLESCENTES EN LA AMAZONÍA BRASILEÑA: REVISIÓN INTEGRATIVA SOBRE VULNERABILIDADES Y REDES DE PROTECCIÓN CON ÉNFASIS EN PARÁ

Geovan Ribeiro de Lima
Enfermeiro, Universidade do Estado do Pará, Brasil.
E-mail: geovanlima.jr@gmail.com

Lívia Lafaeth Gomes Diamantino
Acadêmica de enfermagem, Universidade do Estado do Pará, Brasil.
E-mail: livia.lg.diamantino@aluno.uepa.br

Matheus Afonso Silva
Enfermeiro, Universidade do Estado do Pará, Brasil.
E-mail: matheus.afsilva@aluno.uepa.br

João Marcos Rocha Marinho
Enfermeiro, Universidade do Estado do Pará, Brasil.
E-mail: joaomarcosrochamarinho90@gmail.com

Tatiane Peniche da Silva
Enfermeira, Universidade do Estado do Pará, Brasil.
E-mail: tatyanepeniche@gmail.com

Ana Cristynna Maciel Ferreira
Acadêmica de enfermagem, Universidade do Estado do Pará, Brasil.
E-mail: Anacristynnam@gmail.com

Cross Faraday Alves Alexandria Luna
Enfermeiro, Universidade da Amazônia, Brasil.
E-mail: faradayluna@gmail.com

Maria Elizabete de Castro Rassy
Enfermeira, Universidade do Estado do Pará, Brasil.
E-mail: elizarassy50@hotmail.com

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 03/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/x441za61
Pages: 1-25

Resumo

Objetivo: analisar a produção científica sobre vulnerabilidades relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes e às redes de proteção na Amazônia brasileira, com ênfase no contexto paraense. Método: revisão integrativa com síntese narrativa temática. O levantamento informado abrangeu julho a outubro de 2026 e publicações de 2010 a 2026. Dos 13 trabalhos previamente selecionados, seis foram classificados como núcleo temático específico e sete como apoio contextual, em reclassificação editorial posterior à seleção original. Resultados: os trabalhos relacionam a exploração sexual a desigualdades socioeconômicas e de gênero, barreiras de acesso a serviços e fragilidades institucionais. As avaliações do Judiciário abordam dimensões distintas, como resposta penal, acesso à justiça e proteção das vítimas, sem permitir uma conclusão uniforme sobre sua eficácia. A literatura contextual destaca educação em direitos e participação comunitária. Conclusão: os achados apontam a necessidade de articulação das redes de proteção, sem atribuir a violência aos modos de vida ribeirinhos. A heterogeneidade documental, a incompletude do relato das buscas e a reclassificação posterior do corpus limitam o alcance da síntese e exigem validação metodológica antes de sua consolidação.

Palavras-chave: Exploração sexual; Criança; adolescentes; Amazônia brasileira; População ribeirinha.

Abstract

Objective: to analyze scientific literature on vulnerabilities related to the sexual exploitation of children and adolescents and protection networks in the Brazilian Amazon, with emphasis on Pará. Method: an integrative review using thematic narrative synthesis. The reported search covered July to October 2026 and publications from 2010 to 2026. Of 13 previously selected papers, six were classified as the specific thematic core and seven as contextual support through an editorial reclassification after the original selection. Results: the papers link sexual exploitation to socioeconomic and gender inequalities, barriers to accessing services, and institutional weaknesses. Assessments of the judiciary address different dimensions, including criminal justice responses, access to justice, and victim protection, and do not support a uniform conclusion about judicial effectiveness. Contextual literature emphasizes rights education and community participation. Conclusion: the findings indicate a need for coordinated protection networks without attributing violence to riverside ways of life. Document heterogeneity, incomplete reporting of searches, and post-selection reclassification limit the synthesis and require methodological validation before it is finalized.

Keywords: Sexual exploitation; Children and adolescents; Brazilian Amazon; riverside population.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 03/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/x441za61
Pages: 1-25

Resumen

Objetivo: analizar la producción científica sobre las vulnerabilidades relacionadas con la explotación sexual de niños, niñas y adolescentes y las redes de protección en la Amazonía brasileña, con énfasis en Pará. Método: revisión integrativa con síntesis narrativa temática. La búsqueda informada abarcó de julio a octubre de 2026 y publicaciones de 2010 a 2026. De los 13 trabajos previamente seleccionados, seis se clasificaron como núcleo temático específico y siete como apoyo contextual, mediante una reclasificación editorial posterior a la selección original. Resultados: los trabajos relacionan la explotación sexual con desigualdades socioeconómicas y de género, barreras de acceso a servicios y debilidades institucionales. Las evaluaciones del Poder Judicial abordan dimensiones diferentes, como la respuesta penal, el acceso a la justicia y la protección de las víctimas, sin permitir una conclusión uniforme sobre su eficacia. La literatura contextual destaca la educación en derechos y la participación comunitaria. Conclusión: los hallazgos señalan la necesidad de articular las redes de protección sin atribuir la violencia a los modos de vida ribereños. La heterogeneidad documental, el relato incompleto de las búsquedas y la reclasificación posterior del corpus limitan la síntesis y requieren validación metodológica antes de su consolidación.

Palabras clave: Explotación sexual; Niños, niñas y adolescentes; Amazonía brasileña; población ribereña.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 03/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/x441za61
Pages: 1-25

1. Introdução

A Amazônia brasileira apresenta ampla diversidade ambiental, social e cultural, abrigando diferentes povos e comunidades tradicionais. Apesar dessa diversidade, a região enfrenta desigualdades sociais e desafios relacionados ao acesso a serviços e políticas públicas, condições que podem aumentar a vulnerabilidade de determinados grupos sociais. Nesse contexto, a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes constituem importantes violações de direitos e devem ser compreendidas considerando os fatores sociais, econômicos, culturais e territoriais envolvidos. No Estado do Pará, a investigação desse fenômeno requer atenção às particularidades dos diferentes territórios amazônicos e às condições de proteção e garantia de direitos da população infantojuvenil (Rodrigues *et al.*, 2025).

As comunidades ribeirinhas constituem parte dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia e apresentam modos de vida relacionados ao território, aos rios e aos recursos naturais. Suas atividades cotidianas, formas de subsistência e relações sociais são influenciadas pelas características ambientais e geográficas dos locais em que vivem. Os rios desempenham papel fundamental na mobilidade, no acesso a serviços, no trabalho e na interação entre as comunidades, embora essas características variem conforme o contexto local (Rocha; Moraes, 2021). Para esta revisão, serão consideradas comunidades ribeirinhas aquelas identificadas como tais pelos estudos selecionados, desde que atendam aos critérios de elegibilidade definidos no protocolo.

Nesse contexto, é importante investigar as situações de violência e exploração sexual que atingem crianças e adolescentes, considerando as possíveis barreiras à identificação das vítimas e ao acesso à rede de proteção. Narrativas culturais também aparecem na literatura. Castro e Ribeiro (2022) discutem o mito do boto em uma pesquisa bibliográfica de caráter sociojurídico. Essa abordagem permite examinar interpretações sobre o imaginário e a violência, mas não comprova que o mito cause exploração sexual ou seja utilizado de forma generalizada para encobri-la. A diversidade de sentidos atribuídos à narrativa exige

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 03/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/x441za61
Pages: 1-25

cautela, sobretudo quando não há investigação empírica sobre sua circulação e seus usos em comunidades determinadas.

A proteção de crianças e adolescentes contra a violência e a exploração sexual está prevista na legislação brasileira. O Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei nº 8.069/1990, estabelece, em seu artigo 5º, que nenhuma criança ou adolescente deve ser objeto de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão (Brasil, 1990).

É importante distinguir o abuso sexual, que envolve atos ou situações de natureza sexual impostos a uma criança ou adolescente, da exploração sexual, caracterizada pelo uso da sexualidade de outra pessoa para obtenção de vantagem ou benefício, conforme as definições técnicas e normativas aplicáveis. No âmbito penal, o artigo 217-A do Código Penal tipifica o estupro de vulnerável, incluindo a prática de conjunção carnal ou outro ato libidinoso com pessoa menor de 14 anos, nos termos da legislação vigente (Brasil, 2009).

Este estudo tem como objetivo analisar a produção científica sobre vulnerabilidades relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes e às redes de proteção na Amazônia brasileira, com ênfase no contexto paraense. A questão norteadora é: como a produção científica aborda as vulnerabilidades relacionadas à exploração sexual de crianças e adolescentes e as redes de proteção na Amazônia brasileira, especialmente no contexto paraense? A ênfase no Pará corresponde aos contextos representados no material examinado; não pressupõe comparação sistemática entre estados nem características exclusivas desse território.

2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa integrativa da literatura, com natureza descritiva, utilizando uma abordagem qualitativa, com o objetivo de descrever os casos de exploração sexual de crianças e adolescentes na Amazônia brasileira em contexto paraense, conhecendo o problema em sua essência e suas questões que a permeiam. A revisão integrativa possibilita a identificação e organização dos

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 03/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/x441za61
Pages: 1-25

principais achados relacionados à temática, permitindo uma compreensão ampliada do fenômeno investigado (Whittemore; Knafl, 2005). O estudo descritivo tem como objetivo, nesse caso, observar e analisar as principais características do problema (Gil, 2010). Com relação à abordagem, a pesquisa qualitativa permite analisar diferentes significados, experiências e percepções presentes na literatura, considerando a complexidade do fenômeno estudado e seu contexto social (Minayo, 2014).

As etapas foram percorridas com o fluxograma PRISMA 2020. A condução da seleção dos registros foi organizada conforme as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão, apresentadas no fluxograma de seleção adaptado do PRISMA 2020: 1ª Etapa: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; 2ª Etapa: estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; 3ª Etapa: identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; 4ª Etapa: categorização dos estudos selecionados; 5ª Etapa: análise e interpretação dos resultados; e 6ª Etapa: apresentação da revisão/síntese do conhecimento (Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

A estratégia de busca foi estruturada com termos em português e seus equivalentes em inglês e espanhol, combinados por operadores de busca booleanos “AND” e “OR”. Buscaram-se os artigos publicados com as palavras-chave: exploração sexual, criança, jovens, Amazônia brasileira, população ribeirinha. Os descritores utilizados foram obtidos do portal Descritores em Ciência da Saúde (DeCS) e combinados entre si pelo operador booleano AND e OR, estabelecendo a seguinte estratégia de busca: (Exploração sexual) AND (população ribeirinha) AND (criança) OR (jovens) e (criança) OR (jovens) AND (população ribeirinha) AND (Exploração sexual) AND (Amazônia brasileira). Seguindo a pergunta de pesquisa, foi possível determinar os critérios para inclusão: artigos originais e completos, disponíveis gratuitamente nas bases de dados nos anos de 2010-2026, que abordam dados voltados à exploração sexual de menores. Aos critérios de exclusão: teses e dissertações, manuais, cartas ao editor, opiniões de especialistas ou revisões.

O levantamento de dados ocorreu entre julho e outubro de 2026. Os dados sobre o tema foram levantados em bancos de dados: SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Portal Periódicos (CAPES). Os artigos das três bases de dados foram

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 03/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/x441za61
Pages: 1-25

organizados e submetidos à triagem e seleção por meio da plataforma Rayyan, considerando inicialmente os títulos e resumos e, posteriormente, a leitura dos textos completos.

Foram aplicados critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, sendo selecionados os estudos que apresentaram relação direta com a temática investigada. Posteriormente, foi realizada a avaliação dos estudos incluídos na revisão.

Os 13 trabalhos da seleção foram organizados em dois grupos. O núcleo temático específico reúne seis publicações cujos objetivos e sínteses abordam exploração sexual de crianças e adolescentes em contextos amazônicos. Os sete trabalhos restantes foram destinados ao apoio contextual da discussão.

A síntese considera autoria, ano, objeto, contexto e achados registrados, distinguindo observações, interpretações e recomendações. Os resultados do núcleo específico foram agrupados em quatro categorias: vulnerabilidades socioeconômicas e territoriais; desigualdades de gênero e relações de poder; respostas institucionais e proteção; e escola e participação comunitária.

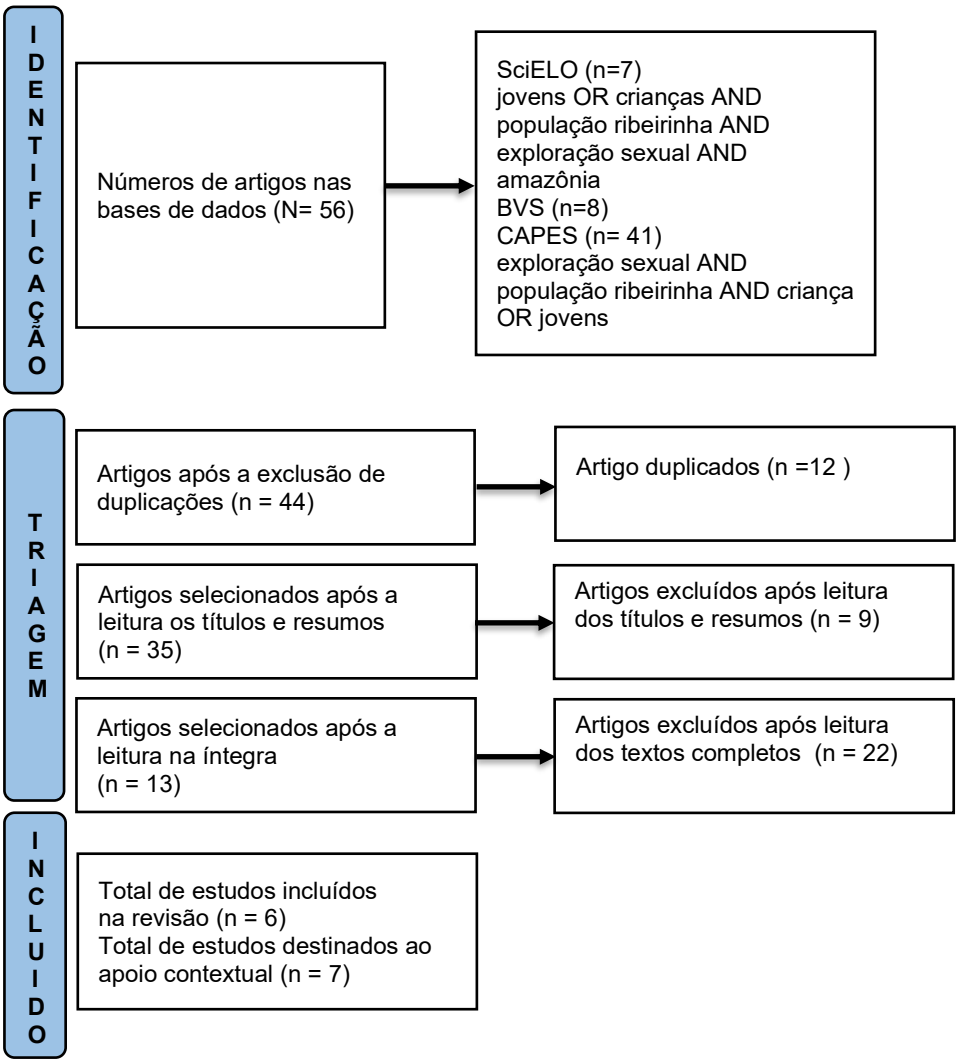
3. Resultados

Foram identificados 56 artigos nas bases de dados, sendo 7 na SciELO, 8 na BVS e 41 no CAPES. Após a remoção de 12 artigos duplicados, restaram 44 artigos para a etapa de triagem, realizada por meio da leitura dos títulos e resumos. Nessa fase, 9 artigos foram excluídos por não atenderem aos critérios de elegibilidade, permanecendo 35 artigos para leitura na íntegra. Após a análise dos textos completos, 22 artigos foram excluídos por não atenderem aos critérios estabelecidos para a pesquisa e 7 usados para apoio contextual. Dessa forma, a amostra final da revisão integrativa da literatura foi composta por 6 artigos, selecionados por sua pertinência ao tema da exploração sexual de crianças e adolescentes em contextos amazônicos.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 03/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/x441za61
Pages: 1-25

Figura 1. Fluxo de identificação, triagem e inclusão dos estudos.



Fonte. Elaborado pelos autores (2026)

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 03/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/x441za61
Pages: 1-25

Quadro 1. Apresenta a caracterização dos estudos incluídos.

Estudo	Objeto e contexto	Contribuição e limite interpretativo
Batista, Lima e Oliveira (2025)	Resposta judicial a crimes sexuais contra crianças e adolescentes no Marajó.	Avaliação favorável da resposta penal no recorte examinado. Não demonstra proteção integral nem representa casos não judicializados.
Silva et al. (2026)	Exploração infantojuvenil e atuação estatal no Marajó.	Relaciona violações a desigualdades e fragilidades institucionais. O recorte abrange outras formas de exploração além da sexual.
Cabral et al. (2025)	Exploração sexual infantil e políticas públicas na Amazônia.	Pesquisa bibliográfica; aponta dificuldades de articulação e recursos. O título menciona estudo de caso, mas o resumo descreve análise de literatura.
Rodrigues et al. (2025)	Contextualização da exploração sexual infantojuvenil na Amazônia.	Síntese sobre fatores sociais, territoriais e serviços. Não fornece, no quadro disponível, estimativas causais ou populacionais.
Levy e Mendonça (2018)	Exploração sexual de meninas nas balsas do Marajó.	Discute desigualdade, gênero e relações de poder; rejeita a naturalização cultural. Não permite generalização para todas as comunidades.
Vieira e Nascimento (2019)	Exploração sexual nas águas amazônicas e escolarização no Marajó.	Destaca a invisibilidade e papel da escola e da comunidade. As propostas de enfrentamento não equivalem a efeitos medidos.

Fonte. Elaborado pelos autores (2026)

3.1 Resultados organizados em categoria temática

Categoria 1 - Vulnerabilidades socioeconômicas e territoriais.

Rodrigues *et al.,* (2025) relacionam a exploração sexual infantojuvenil à

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 03/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/x441za61
Pages: 1-25

pobreza, à desigualdade e às dificuldades de acesso a serviços. Silva *et al.,* (2026) destacam limitações das políticas públicas e subnotificação no Marajó. Levy e Mendonça (2018) situam a exploração nas balsas em relações de poder e marginalização. Em conjunto, os trabalhos descrevem condições que podem restringir a proteção, sem demonstrar que a residência ribeirinha determina a ocorrência da violência.

Vieira e Nascimento (2019) apontam reduzida visibilidade da exploração sexual nos rios e furos amazônicos. A subnotificação mencionada nos trabalhos impede tratar registros administrativos ou casos conhecidos como representação de todas as ocorrências. Não foram extraídas medidas comparáveis que permitam estimar a magnitude do fenômeno na Amazônia brasileira.

Categoria 2 - Desigualdades de gênero e relações de poder.

Levy e Mendonça (2018) destacam a mercantilização dos corpos de meninas no Marajó e a articulação entre desigualdades socioeconômicas e de gênero. A expressão “meninas balseiras”, utilizada no título do estudo, é aqui reconhecida como denominação presente na literatura, sem ser adotada como identidade das vítimas. A síntese não permite concluir que a exploração sexual se restrinja às meninas nem comparar sua frequência entre grupos.

Categoria 3 - Respostas institucionais e proteção

Cabral *et al*., (2025) apontam dificuldades de articulação dos órgãos de proteção e de aplicação de recursos. Silva et al. (2026) também discutem a distância entre garantias normativas e sua concretização no Marajó. São avaliações de políticas e condições institucionais, não medidas uniformes de desempenho dos serviços.

Batista, Lima e Oliveira (2025) qualificam favoravelmente a atuação judicial nas decisões examinadas, destacando o tratamento probatório da palavra das vítimas. Essa conclusão é atribuída ao estudo, sem ser adotada como medida de eficácia judicial nesta revisão. Seu objeto inclui estupro de vulnerável e exploração sexual; portanto, a síntese não converte todos os processos examinados em casos de exploração sexual comercial.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 03/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/x441za61
Pages: 1-25

Categoria 4 - Escola e participação comunitária

Vieira e Nascimento (2019) relacionam o enfrentamento da exploração sexual à valorização da escola, de sua comunidade e das experiências dos jovens. O achado indica caminhos de prevenção e proteção, mas não apresenta, na síntese disponível, avaliação comparativa de resultados de programas. A discussão dessas possibilidades é complementada por estudos sobre violência sexual e redes de proteção, identificados como apoio contextual.

4 Discussão

4.1 Território e desigualdades sem estigmatização

A interpretação conjunta sugere que as vulnerabilidades descritas devem ser examinadas como condições social e institucionalmente produzidas. Dificuldades de deslocamento tornam-se barreiras à proteção quando os serviços não dispõem de meios para atender os territórios. Reduzir esse problema ao “isolamento” das comunidades pode ocultar decisões sobre financiamento, localização dos equipamentos e continuidade do atendimento. Essa é uma interpretação da síntese, e não uma associação causal medida pelos estudos.

A pobreza, por sua vez, não explica isoladamente a exploração sexual nem constitui atributo moral de famílias ou comunidades. A análise deve manter visíveis os responsáveis pela violência e as relações que permitem sua perpetuação. Os territórios ribeirinhos também comportam vínculos de solidariedade, conhecimentos e iniciativas de proteção; reconhecê-los como interlocutores é compatível com a crítica às violações de direitos (Levy; Mendonça, 2018; Cal; Paiva; Fernandes, 2016).

Como apoio teórico, Guimarães e Salame (2026) discutem exploração feminina, gênero e dominação econômica na Amazônia. Essa contribuição amplia a interpretação das relações de poder, mas resultados relativos a mulheres adultas não são transferidos automaticamente para crianças e adolescentes. A análise literária de Santos e Santos Júnior (2022) também pode contribuir para compreender

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 03/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/x441za61
Pages: 1-25

representações da condição feminina; não constitui evidência empírica da ocorrência ou distribuição da exploração sexual infantojuvenil.

4.2 Mito do boto e limites da interpretação cultural

A abordagem do mito do boto exige distinguir a narrativa cultural, os usos que determinados sujeitos podem fazer dela e a ocorrência concreta de violência. A interpretação bibliográfica de Castro e Ribeiro (2022) não permite atribuir às comunidades uma crença uniforme nem afirmar que a narrativa seja causa de exploração sexual. Hipóteses de encobrimento precisam ser examinadas em situações documentadas, com atenção a quem mobiliza a narrativa, em quais circunstâncias e com quais consequências.

O respeito à cultura não justifica violações de direitos; igualmente, o enfrentamento da violência não autoriza desqualificar a cultura local. A contribuição de Cal, Paiva e Fernandes (2016), baseada em interação comunitária com materiais educomunicativos no Marajó, mostra a pertinência de examinar a cultura também como recurso de diálogo. A discussão pública de uma narrativa não comprova, por si, redução da violência ou mudança sustentada de práticas.

4.3 Divergências sobre o Judiciário e definição de eficácia

A comparação com Reymão e Gomes (2019), utilizado como apoio contextual, ajuda a delimitar o alcance da avaliação favorável de Batista, Lima e Oliveira (2025). O primeiro estudo examina processos de estupro de vulnerável em Ponta de Pedras e questiona se as decisões reconhecem as vítimas como sujeitos de direitos e favorecem seu atendimento. O segundo examina a postura judicial em comarcas marajoaras, com ênfase na resposta aos crimes e na jurisprudência. Os objetos e critérios avaliativos não são equivalentes.

Na pesquisa de Reymão e Gomes (2019), foram identificados oito processos, com duas condenações, cinco casos sem sentença e uma absolvição no momento do levantamento. O acervo ativo foi consultado de 2009 a agosto de 2019, e os processos encerrados, de 2014 a agosto de 2019. Esses limites impedem generalizar o resultado para todo o Marajó. A predominância de responsabilização

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 03/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/x441za61
Pages: 1-25

penal descrita pelos autores diz respeito ao alcance protetivo das decisões, não a uma estimativa de incidência de exploração sexual.

Nesta discussão, eficácia judicial significa o alcance dos objetivos definidos para a resposta jurisdicional em determinado universo de casos. Para evitar ambiguidade, distinguem-se três dimensões analíticas: acesso à justiça, resposta processual e penal, e proteção das vítimas. O tempo de tramitação informa a dimensão temporal; a fundamentação e a resolução dos processos informam a resposta jurisdicional; o cumprimento de medidas protetivas e o acesso ao atendimento informam a proteção. Essas dimensões são propostas para interpretar os trabalhos, não constituem escala validada nem indicadores calculados nesta revisão.

Uma avaliação favorável de decisões já proferidas pode coexistir com baixa chegada de casos ao Judiciário e proteção insuficiente após a denúncia. A diferença pode decorrer da unidade de análise e do critério de avaliação, sem que um estudo necessariamente invalide o outro. Também não é possível concluir que houve melhora entre 2019 e 2025 apenas pela data das publicações: seria necessário comparar períodos, critérios de seleção e desfechos equivalentes.

Quantidade de condenações, severidade da pena e valorização da palavra da vítima, isoladamente, não comprovam eficácia global. A análise deve considerar garantias processuais e resultados protetivos. A Lei nº 13.431/2017 prevê assistência, escuta e procedimentos voltados à proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas; sua previsão normativa não demonstra que tenham sido implementados nos contextos analisados (Brasil, 2017).

4.4 Redes de proteção e participação social

Os estudos contextuais permitem discutir possibilidades de articulação institucional sem apresentá-las como intervenções comprovadamente eficazes. Freire e Furlan (2022) abordam contradições entre garantia de direitos e práticas assistencialistas. Lara e Zanella (2016) ressaltam prevenção, identificação e encaminhamento na rede. Olivar (2015), em outro recorte, examina a atuação estatal

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 03/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/x441za61
Pages: 1-25

nas políticas de tráfico de pessoas nas fronteiras amazônicas. Este último não é utilizado para estimar exploração sexual infantojuvenil no Pará.

5. Considerações Finais

A produção examinada relaciona a exploração sexual de crianças e adolescentes a desigualdades socioeconômicas e de gênero, relações de poder e barreiras de acesso à proteção em contextos amazônicos. Os estudos paraenses, especialmente os relativos ao Marajó, contribuem para identificar dificuldades territoriais de atendimento, mas não representam a diversidade de toda a região.

As respostas judiciais devem ser interpretadas conforme os objetivos e os casos de cada pesquisa. O processamento de crimes e a responsabilização penal não esgotam a proteção das vítimas. A síntese também indica a relevância da escola e da participação comunitária, sem demonstrar eficácia comparativa das estratégias mencionadas.

O enfrentamento da exploração sexual requer políticas e serviços que dialoguem com os territórios e reconheçam crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. A interpretação dos achados deve evitar tanto a naturalização da violência quanto a estigmatização das comunidades ribeirinhas. As conclusões permanecem condicionadas à heterogeneidade documental e à necessidade de consolidar a busca e a elegibilidade do corpus após a ampliação do escopo.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009.** Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm. Acesso em: 3 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 15 out. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Brasília, DF:

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 03/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/x441za61
Pages: 1-25

Presidência da República, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm Acesso em: 15 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm Acesso em: 15 out. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016. Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13344.htm Acesso em: 15 out. 2026.

BATISTA, Rafael Júnior Antunes; LIMA, Rogério Gonçalves; OLIVEIRA, Lucivânia Chaves Dias de. A exploração e abuso sexual de crianças e jovens na Ilha do Marajó/PA. **Revista Raízes no Direito**, Anápolis, v. 14, n. 1, p. 1-16, 2025. DOI: https://doi.org/10.37951/2318-2288.2025v14i1.p1-16. Disponível em: https://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/raizesnodireito/article/view/8162 . Acesso em: 1 out. 2026.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011. Disponível em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/10515/o-metodo-da-revisao-integrativa-nos-estudos-org. Acesso em: 18 nov. 2023.

CABRAL, Fabiane Aquino; SILVA, Mônica Gabriele Maciel da; MORAIS, Vitória Emanuele Melo de; NASCIMENTO, Marcio de Jesus Lima do. A exploração sexual infantil na Amazônia: um estudo de caso sobre crimes e implicações sociais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 4, p. 95-106, 2025. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v11i4.18611. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18611. Acesso em: 1 out. 2026.

CAL, Danila Gentil Rodrigues; PAIVA, Waldeir; FERNANDES, Sheila. Relações entre cultura e educomunicação para o enfrentamento da violência sexual na Amazônia. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 18, n. 3, p. 197-213, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/5812. Acesso em: 1 out. 2026.

CASTRO, Dionísio Guedes de; RIBEIRO, José Moisés. Do imaginário à exploração: a relação do boto-cor-de-rosa com a exploração sexual de crianças ribeirinhas. **Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca**, Franca, v. 7, n. 1, p. 463-475, 2022. DOI: https://doi.org/10.21207/2675-0104.2022.1384. Disponível em:

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 03/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/x441za61
Pages: 1-25

https://revista.direitofranca.br/index.php/icfdf/article/view/1384. Acesso em: 3 out. 2026.

FREIRE, Isabela da Silva; FURLAN, Vinicius. Tráfico de pessoas e exploração sexual de crianças e adolescentes: violência e políticas públicas. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 12, n. 2, p. 326-341, 2022. DOI: https://doi.org/10.11606/rgpp.v12i2.200475. Disponível em: https://revistas.usp.br/rgpp/pt_BR/article/view/200475. Acesso em: 1 out. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Arnaldo José Pedrosa; REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão. A violência contra a criança e o adolescente no arquipélago do Marajó (PA) e seu direito ao reconhecimento como sujeito de direito e de ser protegida e resguardada. **Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 84-104, 2019. DOI: https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9865/2019.v5i2.6038. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/revistadssps/article/view/6038. Acesso em: 1 out. 2026.

GUIMARÃES, Sandra Suely Moreira Martins Lurine; SALAME, Fernanda de Souza. Boto, Janalice e estupro: sub-humanidade e expropriação capitalista na exploração sexual feminina na Amazônia. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, e91122, 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/2179-8966/2026/91122. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/91122. Acesso em: 1 out. 2026.

LARA, Angela Mara de Barros; ZANELLA, Maria Nilvane. Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: estratégias de prevenção na rede de proteção. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 25, n. 46, p. 75-87, 2016. DOI: https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2016.v25.n46.p75-87. Disponível em: https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/2703. Acesso em: 1 out. 2026.

LEVY, Beatriz Figueiredo; MENDONÇA, Ygor de Siqueira Mendes. Meninas "balseiras": a mercantilização dos corpos femininos na ilha do Marajó. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, n. 13, p. 200-212, 2018. DOI: https://doi.org/10.18542/rcga.v0i13.13245. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13245. Acesso em: 1 out. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Performatividades governamentais de fronteira: a produção do Estado e da fronteira através das políticas de tráfico de pessoas na

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 03/10/2026
Vol: 13.22
DOI: 10.66104/x441za61
Pages: 1-25

Amazônia brasileira. **Revista Ambivalências**, São Cristóvão, v. 3, n. 5, p. 149-182, 2015. DOI: https://doi.org/10.21665/2318-3888.v3n5p149-182. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/Ambivalencias/article/view/3928. Acesso em: 1 out. 2026.

ROCHA, Aline Cristina da Silva Lucas; MORAES, Lucia Maria. Contexto da população ribeirinha do município de Belém. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, e14610313173, 2021. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13173. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13173. Acesso em: 3 out. 2026.

RODRIGUES, Thamirys Batista; SANTANA, Patricia de Melo; MAIA, Antônio Carlos Pires; AMORIM, Raquel da Silva. Breve contextualização sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes na Amazônia. **Conexões**, v. 13, n. 1, p. 70-82, 2025. DOI: https://doi.org/10.18542/conexoes.v13i1.19352. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/conexoes/article/view/19352. Acesso em: 1 out. 2026.

SANTOS, Adão Garcia dos; SANTOS JÚNIOR, José Rosa dos. A condição feminina no conto “Maibi”, de Alberto Rangel. **Nova Revista Amazônica**, v. 10, n. 1, p. 9-18, 2022. DOI: https://doi.org/10.18542/nra.v10i1.12754. Disponível em: https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/12754. Acesso em: 1 out. 2026.

SILVA, Danielly Brito; LIMA, Karen Larissa Dutra; CARVALHO, Yasmin Munhoz de; MENEZES, Ricardo Leite. A exploração infantojuvenil nas Ilhas de Marajó: vulnerabilidades estruturais e a atuação do poder público diante da omissão institucional. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 12, n. 6, 2026. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v12i6.28361. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/28361. Acesso em: 1 out. 2026.

VIEIRA, Andréa Silva; NASCIMENTO, Ivany Pinto. Exploração sexual juvenil nas águas amazônicas e suas interfaces com a escola. **Revista Amazônida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, Manaus, v. 3, n. 2, p. 117-138, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/4508. Acesso em: 3 out. 2026.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x.